



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	112/2026
PREGÃO ELETRÔNICO:	90053/2026
ORGÃO CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
UASG:	980113
OBJETO:	Contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia contínuos de limpeza urbana de ruas, valas, calçadas e córregos, no Município de Feijó.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 5.538.754,56
RETIRADA DO EDITAL	24/03 A 07/04/2026
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	08/04/2026 às 11h (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO / GRUPO/LOTE
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM	NÃO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9. DO TERMO DE CONTRATO	20
10. DOS RECURSOS	21
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026
(Processo Administrativo nº 112/2026)

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Feijó**, por meio dos membros da Comissão de Licitação, sediado (a) na Avenida Plácido de Castro, nº 672 – Centro, Feijó Acre, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia contínuos de limpeza urbana de ruas, valas, calçadas e córregos, no município de Feijó, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- 2.6.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.12 Pessoas físicas.
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

4.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

4.8.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

4.14.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor anual total do grupo/lote;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo superior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2 Empresas brasileiras;

6.23.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado no e-mail **sospfj@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não - digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas para:

8.15.1 A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[5]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[5]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[5]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.feijo.ac.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br, www.tce.gov.br e cplfeijo2@gmail.com.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 Fraudar a licitação;

11.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.feijo.ac.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br, www.tce.gov.br e cplfeijo2@gmail.com.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.feijo.ac.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br, www.tce.gov.br e cplfeijo2@gmail.com.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
- 13.11.3 Anexo III – Planilha orçamentária;
- 13.11.4 Anexo IV – Composição do BDI.

Feijó Acre, 17 de março de 2026.

Maria Erlânia da Silva Aguiar

PREGOEIRA



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia contínuos de limpeza urbana de ruas, valas, calçadas e córregos, no Município de Feijó, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01					
BAIRRO ZENAIDE PAIVA, NAIR ARAÚJO, COHAB, RESIDENCIAL DO AÇAÍ, ROTATÓRIA E BAIRRO DO HOSPITAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,36	R\$ 9.738,16	R\$ 116.857,92
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	15.856,52	R\$ 76.904,12	R\$ 922.849,44
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	278,29	R\$ 10.822,69	R\$ 129.872,28
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	473,1	R\$ 1.911,32	R\$ 22.935,84
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 99.376,29	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 1.192.515,48
LOTE 02					
BAIRRO ESPERANÇA 1, ESPERANÇA 2 E CONQUISTA					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,09	R\$ 8.624,05	R\$ 103.488,60
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.118,35	R\$ 63.623,99	R\$ 763.487,88
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	196,76	R\$ 29.842,63	R\$ 358.111,56
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	767,36	R\$ 794,91	R\$ 9.538,92
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 102.885,58	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 1.234.626,96



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

LOTE 03					
BAIRRO GENI NUNES, BELA VISTA E CEMITÉRIO NOVO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,1	R\$ 8.665,31	R\$ 103.983,72
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.013,42	R\$ 63.115,08	R\$ 757.380,96
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	194,55	R\$ 7.566,04	R\$ 90.792,48
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	774,31	R\$ 3.128,21	R\$ 37.538,52
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 82.474,64	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 989.695,68
LOTE 04					
BAIRRO CIDADE NOVA, CENTRO, SEGUNDO DISTRITO E CEMITÉRIO ANTIGO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	1,23	R\$ 5.075,39	R\$ 60.904,68
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	9.210,08	R\$ 44.668,88	R\$ 536.026,56
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	137,5	R\$ 5.347,37	R\$ 64.168,44
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	385	R\$ 1.555,40	R\$ 18.664,80
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 56.647,04	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 679.764,48
LOTE 05					
PARQUE BURITIZAL E PRAÇA DE EVENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	5,95	R\$ 24.551,72	R\$ 294.620,64
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	310	R\$ 1.503,50	R\$ 18.042,00
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	383,62	R\$ 14.918,98	R\$ 179.027,76
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	920,68	R\$ 3.719,54	R\$ 44.634,48
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 44.693,74	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 536.324,88
LOTE 06					
CÓRREGOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
1.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	6.260,50	R\$ 8.128,88	R\$ 97.546,56
2.0	ROÇAGEM DE LATERAL DOS CORREGOS				
2.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HÁ	1,97	R\$ 30.363,42	R\$ 364.361,04
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	626,05	R\$ 24.347,08	R\$ 292.164,96
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	3.130,25	R\$ 12.646,21	R\$ 151.754,52
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 75.485,59	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 905.827,08

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de demanda de natureza permanente ou prolongada da administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como:

4.1.1 A CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com Art. 6º da IN 01/SLTI/MPOG/2010.

4.1.2 Observar a Resolução CONAMA nº 20 de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

4.1.3 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes no Decreto nº 7.746.

4.1.4 Não utilizar produtos que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) éteres difenil polibromados (PBDEs).

4.1.5 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (**cinco** por cento) do valor **total anual** da contratação.

4.3.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia,



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **13:00** horas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: Até 15 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: a contratada deverá apresentar Plano de Executivo dos Serviços, o qual consistirá no detalhamento da metodologia de execução dos serviços.

5.1.3 Qualquer alteração que a Empresa Contratada julgar necessária e pertinente, para a melhor execução dos serviços, deverá antes da sua implementação submeter à análise e aprovação da Contratada para sua formalização mediante aditivo contratual.

5.1.4 A metodologia deverá demonstrar o correto dimensionamento das áreas de atuação das equipes envolvidas nos serviços devidamente adequado às particularidades de cada região, devendo ser considerados os aspectos tais como a densidade demográfica, condições de acessibilidades dos equipamentos envolvidos, uso alternativo de equipamentos operacionais, fluxo de usuários, entre outros.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos bairros descritos em cada lote.

5.3. Os serviços serão prestados de segunda-feira a sábado, no turno diurno ou quando se fizer necessário. Neste último caso, os locais e os horários de início e término deverão constar na OS - Ordem de Serviço, emitida pela Contratante.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

5.4. A Empresa Contratada deverá proceder o transporte das equipes de forma a garantir os deslocamentos necessários à perfeita execução dos serviços, respeitando as legislações vigentes.

Rotinas a serem cumpridas

5.4.1 A execução contratual observará as rotinas descritas no Estudo Técnico Preliminar.

5.4.2 Cada empresa contratada deverá perfazer 02 (dois) rodízios mensais de limpeza e recolhimento na área total do lote.

5.4.3 O entulho deve ser recolhido de maneira imediata, sob pena de aplicação de glosa da fatura pela inexecução parcial do serviço.

5.4.4 Fica vedado o compartilhamento de materiais e mão de obra pela mesma empresa em mais de um lote de prestação de serviço, caso esta seja vencedora em mais de um lote.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

5.6. A contratada deverá fornecer, sem ônus adicional, todos os EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com a NR-06, todos com Certificado de Aprovação (CA) válido.

5.7. A empresa contratada deverá fornecer:

5.7.1 EPIs para Roçagem Mecanizada (roçadeira costal, lateral)

5.7.1.1. Capacete de segurança: Proteção contra impacto de galhos, pedras e quedas de objetos;

5.7.1.2. Protetor facial (viseira) ou óculos de segurança: Essencial contra projeção de pedras, fragmentos e resíduos lançados pela lâmina/fio da roçadeira;

5.7.1.3. Protetor auricular (concha ou plug): Necessário devido ao elevado nível de ruído do equipamento;

5.7.1.4. Luvas de segurança (anticorte / antivibração): Protegem contra cortes, abrasões e reduzem a vibração transmitida ao operador;

5.7.1.5. Perneiras ou calça com proteção anticorte: Fundamentais para proteger pernas e joelhos contra lâminas, fios e objetos projetados;

5.7.1.6. Botas de segurança com biqueira reforçada e solado antiderrapante: Protegem os pés contra impactos, perfurações e escorregamentos;

5.7.1.7. Colete refletivo (quando em áreas públicas ou vias): Aumenta a visibilidade do trabalhador;



ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

5.7.1.8. Máscara ou respirador contra poeira: Indicado quando há grande suspensão de partículas no ar.

5.7.2 EPIs para Capina Manual (enxada, foice, ferramentas manuais)

5.7.2.1. Luvas de segurança: Contra cortes, bolhas, picadas e contato com vegetação agressiva;

5.7.2.2. Óculos de segurança: Proteção contra partículas, galhos e poeira;

5.7.2.3. Botas de segurança (cano médio ou alto): Reduz risco de perfuração, torção e picadas de animais peçonhentos;

5.7.2.4. Perneiras: Importantes em áreas com mato alto ou risco de cobras e insetos;

5.7.2.5. Chapéu árabe ou capacete com proteção solar: Para proteção contra insolação e calor excessivo;

5.7.2.6. Máscara contra poeira: Especialmente em solo seco.

5.7.3 Além disso, a empresa contratada deverá providenciar tela de proteção suficiente a mitigar a ocorrência de danos ao patrimônio público ou privado durante da roçagem mecanizada.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.9. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.9.1.1. Peças de uniforme – Capina manual

5.9.1.1.1. Peças superiores;

5.9.1.1.1.1. Camisa de manga longa, em tecido resistente (brim, algodão grosso ou similar)

– Proteção básica contra sol, vegetação e abrasões;

5.9.1.1.1.2. Camiseta de manga curta (opcional, para uso interno ou rodízio);

5.9.1.1.2. Peças inferiores

5.9.1.1.2.1. Calça comprida em tecido resistente

– Evita cortes superficiais, arranhões e contato direto com vegetação;





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

5.9.1.1.2.2. Proteção climática (uniforme, não EPI);

5.9.1.1.2.3. Chapéu tipo árabe ou boné com aba e proteção de nuca – Usado como parte do uniforme quando não houver exigência de capacete;

5.9.1.1.3. Identificação

5.9.1.1.3.1. Uniforme padronizado com logomarca da contratada;

5.9.1.1.3.2. Promover a identificação visível a ser ajustada com o fiscal técnico do contrato da expressão: "A serviços da Prefeitura Municipal de Feijó".

5.9.1.1.3.3. Cores visíveis, preferencialmente claras ou contrastantes;

5.9.1.1.4. Peças de uniforme – Roçagem mecanizada:

5.9.1.1.4.1. Peças superiores

5.9.1.1.4.1.1. Camisa de manga longa, tecido resistente e respirável;

5.9.1.1.4.1.2. Camiseta de apoio (para troca);

5.9.1.1.4.2. Peças inferiores

5.9.1.1.4.2.1. Calça comprida reforçada (brim pesado ou equivalente)

5.9.1.1.4.2.2. Visibilidade;

5.9.1.1.4.2.3. Camisa ou colete com faixas refletivas, quando:

5.9.1.1.4.2.3.1. Serviço ocorrer em áreas públicas;

5.9.1.1.4.2.3.2. Proximidade de vias;

5.9.1.1.4.2.3.3. Circulação de terceiros.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



ESTADO DO ACRE **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.20.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 Não produziu os resultados acordados,

7.3.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 dias (mês comercial).

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) O prazo de validade;
- II) A data da emissão;
- III) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) O período respectivo de execução do contrato;
- V) O valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de Pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês **janeiro de 2026**.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- 7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% a 30%** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% a 30%** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% a 30%** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% a 30%** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% a 15%** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO **por Lote**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1 Valor global do lote: conforme valor estimado da contratação;

9.4.2 Custos unitários máximos integrantes de cada lote, previstos no orçamento da administração.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

9.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Documentação complementar para cooperativas

9.10. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.10.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.10.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.10.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.10.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.10.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.10.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.10.6.1. Ata de fundação;

9.10.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.10.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.10.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.10.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.10.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

9.10.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}} \end{array}$$



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

$$LC = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.20. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.21. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.25.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente **CREA (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA)**, em plena validade;

Qualificação Técnico-Operacional

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

9.27.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 06 meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.27.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.27.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.27.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação Técnico-Profissional

9.28. Apresentação de um dos profissionais, abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional (CREA) competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.28.1 Engenheiro Agrônomo;

9.28.2 Engenheiro Florestal;

9.28.3 Engenheiro Civil;

9.28.4 O(s) profissional (is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.28.5 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, Responsável Técnico legalmente habilitado, com registro ativo no CREA, na área de Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal, devidamente comprovado por meio de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT.

9.29. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.30. Para a execução dos serviços de limpeza urbana, a contratada deverá disponibilizar profissional legalmente habilitado em Segurança do Trabalho, podendo ser Técnico em Segurança do Trabalho, conforme dimensionamento do SESMT previsto na NR-4.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 5.538.754,56** (Cinco Milhões, quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na planilha **contida em anexo**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Feijó
 - II) Unidade: 08 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo;
 - III) Proj/Ativ. 2.016 – Melhoria e Manutenção do Sistema de Limpeza Pública;
 - IV) Elemento de despesa: 182 - 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
 - V) Fonte de Recurso: 500;
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

A. DESCRIÇÃO SUCINTA DA NECESSIDADE

Contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de engenharia de limpeza urbana, compreendendo a execução de atividades regulares, programadas e permanentes de limpeza, conservação e manutenção de vias públicas, no âmbito do Município de Feijó, com o objetivo de assegurar condições adequadas de salubridade, segurança, mobilidade urbana, preservação ambiental e bem-estar da população.

Os serviços a serem contratados abrangem, de forma integrada e sistemática, a limpeza manual e mecanizada de ruas, avenidas, valas, calçadas, sarjetas, bocas de lobo, áreas públicas urbanizadas e córregos, incluindo, quando aplicável, a capina manual e mecanizada, roçagem, varrição, desobstrução, retirada de resíduos sólidos, sedimentos, vegetação invasora, detritos e materiais inservíveis, bem como o adequado acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A execução dos serviços deverá observar critérios técnicos de engenharia, padrões mínimos de desempenho e qualidade, normas de segurança do trabalho, diretrizes ambientais e de sustentabilidade, bem como as boas práticas de limpeza urbana, garantindo a continuidade, eficiência operacional e regularidade dos serviços, essenciais ao funcionamento da cidade e à prevenção de riscos sanitários, ambientais e de infraestrutura.

B. JUSTIFICATIVA EXPRESSA PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação é necessária para/porque *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

A presente contratação justifica-se pela necessidade permanente e contínua de manutenção da limpeza urbana no Município de Feijó, atividade essencial à saúde pública, à segurança da população, à preservação ambiental e ao adequado funcionamento da infraestrutura urbana.

A limpeza regular de ruas, valas, calçadas, áreas públicas e córregos urbanos é indispensável para prevenir a proliferação de vetores de doenças, reduzir riscos sanitários, evitar alagamentos, assoreamento e obstrução de sistemas de drenagem, bem como garantir condições adequadas de mobilidade, acessibilidade e segurança viária, especialmente em



ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

períodos de chuvas intensas, comuns na região amazônica.

Além disso, a ausência ou descontinuidade desses serviços pode acarretar danos ambientais, degradação do espaço urbano, comprometimento da qualidade de vida da população e aumento de custos futuros com intervenções emergenciais, recuperação de vias e obras corretivas, o que contraria os princípios da economicidade, eficiência e planejamento que regem a Administração Pública.

A execução do objeto demanda conhecimento técnico específico, planejamento operacional, uso de equipamentos adequados, mão de obra qualificada e supervisão por profissional legalmente habilitado, caracterizando-se, portanto, como serviço contínuo de engenharia, nos termos da legislação vigente. Trata-se de atividade rotineira e padronizável, porém tecnicamente orientada, que envolve a aplicação de métodos, técnicas e critérios de engenharia para garantir desempenho, qualidade e segurança na execução.

A contratação de empresa especializada mostra-se a solução mais eficiente e economicamente vantajosa, uma vez que o Município não dispõe, de forma permanente e estruturada, de recursos humanos, maquinário, equipamentos e insumos suficientes para executar diretamente, com regularidade e qualidade, todas as atividades abrangidas pelo objeto. A terceirização permite maior flexibilidade operacional, melhor gestão de custos, padronização dos serviços e responsabilização técnica do contratado.

Ressalte-se, ainda, que os serviços de limpeza urbana possuem natureza essencial e contínua, cuja interrupção compromete diretamente o interesse público, enquadrando-se nas hipóteses que autorizam a contratação por prazo determinado, com possibilidade de prorrogação, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a contratação contribui diretamente para:

- A promoção da saúde pública;
- A prevenção de riscos ambientais e urbanos;
- A valorização do espaço público;
- A melhoria das condições de vida da população;
- O cumprimento do dever constitucional do Município de assegurar serviços públicos adequados, eficientes e contínuos.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de engenharia de limpeza urbana, como medida necessária, adequada e proporcional ao atendimento do interesse público no Município



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

de Feijó.

A não contratação implicará *(expor as consequências advindas da não contratação)*

A não realização da presente contratação implicará prejuízos diretos e imediatos ao interesse público, com impactos relevantes nas áreas sanitária, ambiental, urbana, administrativa e financeira, notadamente:

1. Comprometimento da saúde pública, em razão do acúmulo de resíduos sólidos, detritos, vegetação invasora e sedimentos em vias públicas, valas e córregos, favorecendo a proliferação de vetores de doenças, como insetos e roedores, e ampliando riscos epidemiológicos à população.
2. Aumento do risco de alagamentos e assoreamento, decorrente da obstrução de sistemas de drenagem urbana, valas e cursos d'água, especialmente em períodos chuvosos, com potencial de causar danos a vias públicas, imóveis, equipamentos urbanos e ao meio ambiente.
3. Degradação da infraestrutura urbana, com prejuízos à trafegabilidade, acessibilidade de pedestres, segurança viária e conservação das vias e calçadas, impactando negativamente a mobilidade urbana e o uso regular dos espaços públicos.
4. Deterioração das condições ambientais e paisagísticas do Município, comprometendo a qualidade de vida da população, a preservação dos espaços urbanos e o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.
5. Interrupção ou execução precária de serviço público essencial e contínuo, cuja descontinuidade afronta os princípios da continuidade do serviço público, eficiência e interesse público, além de expor a Administração a riscos de responsabilização administrativa e legal.
6. Elevação de custos futuros para a Administração, uma vez que a ausência de manutenção preventiva e contínua tende a gerar a necessidade de ações emergenciais, contratações urgentes ou obras corretivas de maior vulto, em desacordo com os princípios da economicidade, planejamento e gestão eficiente dos recursos públicos.
7. Impossibilidade de execução direta pelo Município, diante da inexistência de estrutura adequada, mão de obra suficiente, equipamentos, maquinário e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

suporte técnico especializado para a realização regular e integrada dos serviços abrangidos pelo objeto.

Diante desses fatores, a não realização da contratação mostra-se incompatível com o atendimento do interesse público, sendo a contratação proposta a medida necessária, adequada e proporcional para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de limpeza urbana no Município de Feijó.

C. ALINHAMENTO DA DEMANDA COM DIRETRIZES E METAS INSTITUCIONAIS

A demanda está alinhada com as metas institucionais do órgão contratante.

D. Proposta de solução

D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Solução nº	DESCRIÇÃO DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DISPONÍVEIS NO MERCADO	FONTES DE CONSULTA (ÓRGÃOS PÚBLICOS QUE ADOTARAM A SOLUÇÃO, FORNECEDORES ETC.)	LINK DAS CONSULTAS ID PNCP
1	Prestação de Serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra.	Município de Anchieta - ES	Id contratação PNCP: 27142694000158-1-000209/2025
		Município de Maracás - BA	Id contratação PNCP: 13910203000167-1-000207/2025
		Município de Jandaira - RN	Id contratação PNCP: 08309239000150-1-000015/2026
2	Serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.	Não foram encontradas contratações nesta modalidade	



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas

LOTE 01					
BAIRRO ZENAIDE PAIVA, NAIR ARAÚJO, COHAB, RESIDENCIAL DO AÇAÍ, ROTATÓRIA E BAIRRO DO HOSPITAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,36	R\$ 9.738,16	R\$ 116.857,92
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	15.856,52	R\$ 76.904,12	R\$ 922.849,44
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	278,29	R\$ 10.822,69	R\$ 129.872,28
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	473,1	R\$ 1.911,32	R\$ 22.935,84
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 99.376,29	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 1.192.515,48
LOTE 02					
BAIRRO ESPERANÇA 1, ESPERANÇA 2 E CONQUISTA					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,09	R\$ 8.624,05	R\$ 103.488,60
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.118,35	R\$ 63.623,99	R\$ 763.487,88
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	196,76	R\$ 29.842,63	R\$ 358.111,56
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	767,36	R\$ 794,91	R\$ 9.538,92
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 102.885,58	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 1.234.626,96
LOTE 03					
BAIRRO GENI NUNES, BELA VISTA E CEMITÉRIO NOVO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,1	R\$ 8.665,31	R\$ 103.983,72
2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.013,42	R\$ 63.115,08	R\$ 757.380,96
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	194,55	R\$ 7.566,04	R\$ 90.792,48
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	774,31	R\$ 3.128,21	R\$ 37.538,52
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 82.474,64	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 989.695,68
LOTE 04					
BAIRRO CIDADE NOVA, CENTRO, SEGUNDO DISTRITO E CEMITÉRIO ANTIGO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	1,23	R\$ 5.075,39	R\$ 60.904,68
2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	9.210,08	R\$ 44.668,88	R\$ 536.026,56
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	137,5	R\$ 5.347,37	R\$ 64.168,44
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	385	R\$ 1.555,40	R\$ 18.664,80
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 56.647,04	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 679.764,48
LOTE 05					
PARQUE BURITIZAL E PRAÇA DE EVENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	5,95	R\$ 24.551,72	R\$ 294.620,64
2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	310	R\$ 1.503,50	R\$ 18.042,00
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	383,62	R\$ 14.918,98	R\$ 179.027,76



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	920,68	R\$ 3.719,54	R\$ 44.634,48
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 44.693,74	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 536.324,88
LOTE 06					
CÓRREGOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
1.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	6.260,50	R\$ 8.128,88	R\$ 97.546,56
2.0	ROÇAGEM DE LATERAL DOS CORREGOS				
2.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HÁ	1,97	R\$ 30.363,42	R\$ 364.361,04
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	626,05	R\$ 24.347,08	R\$ 292.164,96
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	3.130,25	R\$ 12.646,21	R\$ 151.754,52
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 75.485,59	
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 905.827,08

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

A opção pela contratação dos serviços sem adoção do regime de dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se mais adequada ao objeto, uma vez que privilegia a execução dos serviços por resultados e medições efetivamente realizadas, confere maior flexibilidade operacional à contratada, reduz custos decorrentes de ociosidade de pessoal, mitiga riscos trabalhistas e amplia a competitividade do certame. Ademais, a natureza dos serviços permite sua execução sem a necessidade de alocação permanente de empregados nas dependências da Administração, sendo a dedicação exclusiva adotada apenas quando tecnicamente indispensável, o que não se verifica no presente caso.

Apresentamos a justificativa técnica e administrativa das vantagens de contratar os serviços de limpeza urbana sem adoção do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com base na Lei nº 14.133/2021, na orientação da AGU/CGU e na prática consolidada dos órgãos públicos, especialmente para serviços contínuos de engenharia.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

Vantagens da contratação sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

1. Foco no resultado e não na alocação de postos de trabalho

Na contratação sem dedicação exclusiva, o objeto é estruturado com base em:

- Serviços executados (metros roçados, trechos limpos, valas desobstruídas);
- Resultados alcançados;
- Níveis de desempenho e qualidade.

Isso é plenamente compatível com a caracterização do objeto como serviço comum de engenharia, cuja execução é padronizável e mensurável, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Evita-se a lógica de “postos fixos”, privilegiando a efetividade do serviço.

2. Maior flexibilidade operacional

Sem dedicação exclusiva:

- A contratada pode dimensionar equipes conforme a demanda real;
- É possível realocar recursos conforme:
- Sazonalidade (período chuvoso/seco);
- Crescimento de vegetação;
- Eventos climáticos;
- Áreas críticas momentâneas.

Essa flexibilidade é incompatível com contratos de postos fixos, mas essencial para limpeza urbana, conforme reconhecido nos modelos técnicos de serviços de engenharia.

3. Redução de riscos trabalhistas para a Administração

Nos contratos com dedicação exclusiva:

- Há maior risco de:
- Caracterização de vínculo indireto;
- Responsabilização subsidiária;
- Glosas mal aplicadas;
- Questionamentos sobre folha de pagamento, encargos e benefícios.

Ao não exigir dedicação exclusiva, a Administração:

- Reduz a ingerência sobre a gestão de pessoal da contratada;
- Fortalece o princípio da execução por conta e risco do contratado.

A própria AGU destaca que a dedicação exclusiva somente é cabível quando indispensável ao



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

modelo de execução.

4. Menor custo global da contratação

Contratos com dedicação exclusiva exigem:

- Estrutura fixa de pessoal;
- Encargos trabalhistas permanentes;
- Custos indiretos elevados.

Sem dedicação exclusiva:

- O preço reflete serviço efetivamente prestado;
- Elimina-se o pagamento por ociosidade;
- Reduz-se o custo administrativo e contratual.

Resultado: maior economicidade, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

5. Maior aderência ao regime de empreitada por preço unitário

A contratação sem dedicação exclusiva é a que melhor se compatibiliza com:

- Empreitada por preço unitário;
- Medições periódicas;
- Pagamento conforme execução.

Esse modelo é amplamente recomendado para serviços com quantitativos variáveis, como limpeza urbana, valas e córregos, conforme orientação técnica utilizada pelos órgãos públicos.

6. Ampliação da competitividade

Ao não exigir:

- Postos fixos;
- Equipes permanentemente alocadas;
- Estrutura rígida de pessoal,

A Administração:

- Amplia o universo de licitantes;
- Viabiliza a participação de empresas locais e regionais;
- Evita restrições indevidas à competitividade.

Esse aspecto é especialmente relevante para municípios do interior, como Feijó.

7. Dedicação exclusiva não é obrigatória por lei

A Lei nº 14.133/2021 não impõe o regime de dedicação exclusiva:





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- Ele é facultativo;
- Deve ser adotado somente quando tecnicamente indispensável ao objeto.

A orientação da CGU/AGU é clara ao tratar a dedicação exclusiva como exceção, e não regra.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que o regime de dedicação exclusiva de mão de obra não constitui regra geral, devendo ser adotado apenas quando comprovadamente indispensável à adequada execução do objeto, mediante justificativa técnica expressa no Estudo Técnico Preliminar.

Nos contratos de serviços contínuos, o TCU orienta que a Administração priorize a contratação orientada a resultados, com definição clara do escopo, dos critérios de medição, dos níveis de desempenho e dos padrões de qualidade, evitando modelos excessivamente centrados na alocação fixa de postos de trabalho, quando o objeto permitir outra forma de execução.

No caso dos serviços de limpeza urbana, o entendimento técnico-fiscalizatório do TCU reconhece que se trata de atividade:

- Com quantitativos variáveis;
- Sujeita à sazonalidade climática;
- Dependente da demanda efetiva ao longo da execução contratual.

Nessas condições, o Tribunal considera mais adequado o modelo de contratação que:

- Remunera a contratada pelos serviços efetivamente executados e medidos;
- Permite flexibilidade na composição das equipes;
- Transfere à contratada a responsabilidade pelo dimensionamento de recursos humanos e materiais;
- Reduz riscos de ociosidade de mão de obra e de ineficiência econômica.

O TCU também ressalta que a adoção indevida do regime de dedicação exclusiva pode:

- Elevar artificialmente o custo da contratação;
- Restringir a competitividade do certame;
- Aumentar os riscos de ingerência administrativa sobre a gestão de pessoal da contratada;
- Ampliar a exposição da Administração a riscos trabalhistas.

Dessa forma, em consonância com o entendimento do TCU, a opção pela contratação dos



ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se tecnicamente adequada, economicamente mais vantajosa e juridicamente segura, uma vez que:

- O objeto pode ser plenamente executado sem a alocação permanente de empregados nas dependências da Administração;
- A fiscalização pode ser realizada por meio de medições objetivas e indicadores de desempenho;
- O foco permanece no resultado entregue à coletividade, e não na manutenção de postos fixos de trabalho.

Assim, a dedicação exclusiva, por não se revelar indispensável ao atendimento do interesse público no presente caso, não é adotada, em estrita observância às boas práticas de contratação recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, desde que tal divisão não provoque prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes. (Súmula 247 do TCU)

Nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade. No presente caso, os serviços de limpeza urbana são, em tese, divisíveis, admitindo parcelamento por áreas ou por natureza dos serviços. Todavia, a adoção do parcelamento deve considerar os impactos sobre a economia de escala, a eficiência operacional, a coordenação das atividades e a capacidade de fiscalização. Assim, a Administração avaliou as alternativas de parcelamento, concluindo pela adoção do fracionamento do objeto, devidamente justificada sob os aspectos técnicos, econômicos e gerenciais, em conformidade com o entendimento do TCU.

O serviço pode ser dividido em lotes?

Sim, é juridicamente possível e, em regra, recomendável, desde que:

- O objeto seja divisível;
- O parcelamento não comprometa a execução integrada;
- Não haja perda de economia de escala;



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- A decisão esteja devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar.

Esse entendimento decorre diretamente da Súmula nº 247 do TCU, segundo a qual:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações (...) cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes.”

Aplicação ao serviço de limpeza urbana

Os serviços de limpeza urbana são, em tese, divisíveis, pois:

- Podem ser executados por trechos, áreas ou tipos de serviço;
- Aditem execução autônoma sem prejuízo técnico entre si;
- Não exigem, necessariamente, atuação simultânea em todo o território.

Assim, é possível o parcelamento, por exemplo, em:

- Lotes geográficos (zonas, bairros, setores urbanos);
- Lotes funcionais (varrição, capina/roçagem, limpeza de valas e córregos);
- Combinação de critérios, desde que tecnicamente coerente.

Limites impostos pelo TCU ao parcelamento

O TCU não admite parcelamento automático. O fracionamento só é legítimo se tecnicamente viável, devendo a Administração avaliar e justificar, no ETP, os seguintes aspectos:

1. Economia de escala

Se a divisão:

- Elevar custos;
- Duplicar estruturas administrativas;
- Exigir múltiplas mobilizações de equipamentos,

O parcelamento pode ser afastado, desde que haja justificativa expressa.

2. Risco à execução integrada

Se a divisão em lotes:

- Dificultar a coordenação operacional;
- Gerar sobreposição de áreas;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- Comprometer a continuidade do serviço,

O TCU admite a contratação em lote único, por razões técnicas e operacionais.

3. Capacidade de fiscalização

A Administração deve avaliar se:

- Possui estrutura para fiscalizar múltiplos contratos simultâneos;
- O parcelamento aumentaria o risco de falhas de controle.

Esses critérios constam dos guias e orientações do próprio TCU sobre planejamento e parcelamento da contratação.

Quando o TCU aceita NÃO parcelar

O TCU aceita a contratação em lote único quando demonstrado que o parcelamento:

- Não gera ganho de competitividade relevante;
- Compromete a eficiência operacional;
- Acarreta perda de economia de escala;
- Dificulta a gestão e a fiscalização do contrato.

Nesses casos, a vedação ao parcelamento é lícita, desde que motivada no ETP.

Assim, por todo o exposto, a contratação será dividida em 06 lotes.

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais indicado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o órgão.

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)

Em regra, contratações de serviços terceirizados devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os lotes de contratação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Considerando que não há lotes de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lote exclusivo à participação de microempresa, empresa de



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

pequeno porte ou microempreendedor individual.

D.5. DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de empresas sob a forma de consórcio nos certames com fundamento na Lei nº 14.133/2021 é a regra geral a ser adotada, conforme art. 15 do diploma citado, não cabendo, portanto, justificativa específica para tal adoção no termo de referência ou Edital.

A contrário senso, quando se identificar alguma situação que possa ocasionar a vedação da participação de consórcios, estas deverão estar pormenorizadas neste instrumento.

Em regra, nas licitações de terceirização de mão de obra, não é usual a participação de empresas consorciadas, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação dos serviços de intermediação de mão de obra. Ademais, admitir a participação de consórcio dificultaria o controle da Administração sobre a empresa em relação ao pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias. Por tal motivo, costumeiramente, opta-se por incluir item com expressa vedação.

De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente serviço contínuo.

Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de serviço comum. Também não está presente o grande vulto da contratação.

Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

1. Roçagem de calçadas

Serviço consistente na remoção de vegetação rasteira, mato alto, capim, ervas daninhas e plantas invasoras existentes sobre calçadas, passeios públicos e áreas adjacentes, por meio de equipamentos adequados, com o objetivo de assegurar a livre circulação de pedestres, acessibilidade, segurança e conservação dos espaços públicos.

Inclui o acabamento da área roçada, a eliminação de resíduos vegetais soltos e a manutenção do alinhamento e da largura útil das calçadas, sem causar danos ao pavimento, ao meio-fio, a mobiliários urbanos ou a redes de infraestrutura existentes.

2. Roçada mecanizada costal

Serviço executado com o uso de roçadeira mecanizada do tipo costal, destinado ao corte e controle de vegetação rasteira, arbustos de pequeno porte e capim, em áreas urbanas e periurbanas, tais como calçadas, canteiros, taludes, áreas verdes, faixas marginais de vias e locais de difícil acesso para equipamentos de maior porte.

A execução deve observar técnicas adequadas de corte, segurança operacional e proteção do entorno, evitando danos a edificações, veículos, redes públicas e pedestres.

3. Limpeza de valas e bueiros

Serviço que compreende a remoção manual ou mecanizada de resíduos sólidos, sedimentos, lama, entulhos, vegetação, materiais orgânicos e inorgânicos acumulados em valas, bueiros, bocas de lobo e dispositivos de drenagem urbana, com a finalidade de restabelecer o escoamento adequado das águas pluviais.

Inclui a desobstrução completa dos dispositivos, limpeza do entorno imediato e acondicionamento dos resíduos para posterior transporte e destinação ambientalmente adequada.

4. Limpeza de vala de drenagem

Serviço destinado à limpeza, desassoreamento e desobstrução de valas de drenagem pluvial, compreendendo a retirada de sedimentos, areia, lama, vegetação invasora e resíduos diversos, garantindo a manutenção da capacidade hidráulica da vala e a prevenção de alagamentos.

A execução deverá preservar o traçado original da vala, evitando escavações indevidas,



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

erosões laterais ou instabilidade do talude.

5. Carga e transporte de resíduo de capina e restos de vala

Serviço que consiste na coleta, carregamento e transporte dos resíduos provenientes das atividades de capina, roçagem e limpeza de valas, incluindo material vegetal, sedimentos e outros resíduos compatíveis com o objeto da contratação.

O transporte deverá ser realizado até local previamente indicado pela Administração ou ambientalmente licenciado, observando-se as normas ambientais, de trânsito e de segurança, sendo vedado o descarte irregular em vias públicas, áreas verdes ou cursos d'água.

6. Carga manual de entulho em caminhão toco

Serviço que compreende a carga manual de entulho, resíduos sólidos, restos de obras, sedimentos e materiais inservíveis, depositados em vias públicas ou áreas indicadas, com acondicionamento adequado em caminhão tipo toco, visando à remoção do material do local.

Inclui a organização do entorno após a carga, garantindo a limpeza básica da área e a segurança do tráfego de pedestres e veículos.

7. Transporte com caminhão toco, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (unidade: m³ x km)

Serviço de transporte de resíduos sólidos, entulhos, material vegetal e sedimentos, realizado por caminhão tipo toco, em vias urbanas pavimentadas, desde o local de carga até o local de descarga ou destinação final, respeitando a Distância Média de Transporte (DMT) de até 30 km.

A medição será efetuada considerando o volume transportado (m³) multiplicado pela distância percorrida (km), conforme critérios definidos no Termo de Referência.

Abaixo, foi realizado o dimensionamento dos quantitativos por cada lote:

LOTE 01 BAIRRO ZENAIDE PAIVA, NAIR ARAÚJO, COHAB, RESIDENCIAL DO AÇAÍ, ROTATÓRIA E BAIRRO DO HOSPITAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,36		





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	15.856,52		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	278,29		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	473,10		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 02 BAIRRO ESPERANÇA 1, ESPERANÇA 2 E CONQUISTA					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,09		
2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.118,35		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	196,76		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	767,36		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 03 BAIRRO GENI NUNES, BELA VISTA E CEMITÉRIO NOVO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,10		
2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.013,42		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	194,55		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	774,31		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 04 BAIRRO CIDADE NOVA, CENTRO, SEGUNDO DISTRITO E CEMITÉRIO ANTIGO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	1,23		
2.0	LIMPEZA DE VALAS / BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	9.210,08		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	137,50		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	385,00		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

LOTE 05 PARQUE BURITIZAL E PRAÇA DE EVENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	5,95		
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	310,00		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	383,62		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	920,68		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 06 CÓRREGOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
1.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	6.260,50		
2.0	ROÇAGEM DE LATERAL DOS CORREGOS				
2.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HÁ	1,97		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	626,05		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	3.130,25		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

E.2. Critérios de sustentabilidade

Justifica-se a adoção dos critérios de sustentabilidade, pois o órgão, no desempenho de suas atividades, é também poluidor na emissão de gases de efeito estufa e responsável pelo desperdício de recursos ambientais como a água, energia e combustíveis, além de ser um consumidor potencial de produtos que agredem o meio ambiente.

Neste sentido, a administração deve buscar através de programas de gestão pública socioambientais, modificar os padrões de produção e consumo nos órgãos públicos, por meio de adoção de novos referenciais de desempenho e atuação, pela inserção da variável socioambiental nas contratações e atividades diárias, gerando economia de recursos públicos e fomentando a responsabilidade socioambiental nas instituições públicas e privadas.

Desse modo, as licitações sustentáveis, assim como a coleta seletiva solidária, a educação ambiental, uso racional dos bens públicos, bem como a promoção



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

da melhoria do ambiente de trabalho representam algumas das ações desenvolvidas através desses programas. O programa da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) é um exemplo de inserção de uma gestão pública socioambiental, que visa sensibilizar os gestores públicos, no sentido de promover a redução dos gastos institucionais e contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo com a adoção de novas práticas e procedimentos.

E.3. Critérios de acessibilidade

- Obrigatoriedade de **reserva de vagas para pessoas com deficiência** em contratações com mais de 100 empregados (Lei 14.133/2021)
- Inclusão de **ações e medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, quando aplicável, conforme art. 45, VI, da Lei 14.133/2021.
- Observância da **ABNT NBR 9050/2020**, norma central sobre acessibilidade em edificações e ambientes.
- Barreiras a serem eliminadas (arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas).
- Necessidades específicas do posto de trabalho ou do serviço.
- Norma **ABNT NBR 9050** como referência técnica.
- Critérios de acessibilidade digital quando envolver sites, sistemas ou atendimento eletrônico.
- Obrigações da contratada para garantir condições de acessibilidade.
- Treinamento da equipe terceirizada para atendimento inclusivo.
- Adequações do ambiente de trabalho para PcDs da equipe terceirizada.
- Penalidades por descumprimento da legislação de acessibilidade.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

O resultado pretendido com a presente contratação é assegurar a execução contínua, regular e eficiente dos serviços de limpeza urbana, de modo a manter as vias públicas, calçadas, valas, bueiros e dispositivos de drenagem em condições adequadas de uso, segurança, salubridade e funcionamento, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes do Município.

Especificamente, busca-se alcançar os seguintes resultados concretos e



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

mensuráveis:

- Melhoria das condições de limpeza e conservação do espaço urbano, com a redução do acúmulo de vegetação invasora, resíduos sólidos, sedimentos e entulhos em calçadas, vias públicas, valas e áreas de drenagem.
- Restabelecimento e manutenção da capacidade de escoamento das águas pluviais, por meio da limpeza regular de valas, bueiros e canais de drenagem, contribuindo para a prevenção de alagamentos, erosões e danos à infraestrutura urbana.
- Promoção da saúde pública e da salubridade urbana, reduzindo ambientes propícios à proliferação de vetores de doenças, animais sinantrópicos e focos de insalubridade.
- Aumento da segurança e da mobilidade urbana, assegurando condições adequadas de circulação de pedestres e veículos, com especial atenção à acessibilidade em calçadas e passeios públicos.
- Execução dos serviços com foco em resultados e desempenho, mediante a adoção de critérios objetivos de medição, fiscalização e pagamento por serviços efetivamente executados, evitando remuneração por ociosidade ou por simples alocação de mão de obra.
- Otimização do uso dos recursos públicos, alcançando maior economicidade, eficiência e previsibilidade orçamentária, por meio de contratação compatível com a natureza variável da demanda e com as condições reais de execução dos serviços.
- Redução de riscos administrativos, operacionais e trabalhistas, ao privilegiar modelo de execução que atribui à contratada a responsabilidade pelo dimensionamento de equipes, equipamentos e insumos necessários à entrega do resultado contratado.

Dessa forma, a contratação visa produzir efeitos permanentes e positivos sobre a qualidade do ambiente urbano, assegurando a continuidade de serviço público essencial, com melhor aproveitamento dos recursos financeiros, materiais e operacionais disponíveis, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações administrativas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Não se aplica.

F.4. Descrição integral da solução

A solução de contratação consiste na contratação de empresa especializada para a execução contínua de serviços de engenharia de limpeza urbana, abrangendo atividades de roçagem de calçadas, roçada mecanizada, limpeza de valas, bueiros e dispositivos de drenagem, carga manual de entulhos, bem como o transporte e a destinação adequada dos resíduos gerados, a serem executadas em vias públicas, áreas urbanas e sistemas de drenagem do Município.

A solução foi estruturada para atender de forma permanente e preventiva às necessidades de conservação do espaço urbano, considerando a natureza variável da demanda, a sazonalidade climática, as condições locais de execução e a indispensabilidade da continuidade do serviço, evitando ações emergenciais, degradação da infraestrutura urbana e riscos à saúde pública.

Modelo de execução da solução

A execução será realizada de forma indireta, por empresa contratada, sob o regime de empreitada por preço unitário, com pagamento vinculado aos serviços efetivamente executados e medidos, conforme critérios objetivos previamente definidos no Termo de Referência.

A solução não adota o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que:

- O objeto permite execução por demanda;
- Os serviços são mensuráveis por unidade;
- O foco da contratação está no resultado entregue, e não na alocação



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

permanente de pessoal.

Essa modelagem está alinhada às boas práticas de contratação recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, que privilegiam a contratação orientada a desempenho e economicidade.

Escopo da solução

A solução contempla, de forma integrada:

- Fornecimento de mão de obra qualificada, sob responsabilidade exclusiva da contratada;
- Disponibilização de equipamentos, veículos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços;
- Planejamento operacional e dimensionamento dinâmico das equipes, conforme a demanda;
- Execução dos serviços com observância às normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e de trânsito;
- Coleta, carga, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos gerados.

Ciclo de vida do objeto

A solução considera todas as fases do ciclo de vida da contratação, compreendendo:

- Planejamento: identificação da necessidade, definição do escopo, estimativas de quantitativos, análise de mercado e escolha do modelo de execução mais vantajoso.
- Seleção do fornecedor: licitação com critérios objetivos, ampla competitividade e julgamento pelo menor preço, conforme regime adotado.
- Execução contratual: realização dos serviços conforme ordens de serviço, medições periódicas, fiscalização técnica e acompanhamento de desempenho.
- Gestão e fiscalização: verificação do cumprimento das obrigações contratuais, qualidade dos serviços, regularidade da destinação dos resíduos e atendimento aos requisitos ambientais.
- Encerramento ou prorrogação: avaliação dos resultados obtidos, análise de



ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

vantajosidade e decisão quanto à continuidade da contratação, nos termos da legislação.

Resultados e benefícios esperados

Com a implementação da solução, espera-se:

- Melhoria contínua das condições de limpeza, salubridade e segurança urbana;
- Redução de riscos de alagamentos e obstruções dos sistemas de drenagem;
- Maior eficiência no uso dos recursos públicos, com eliminação de custos de ociosidade;
- Maior previsibilidade orçamentária e facilidade de controle e fiscalização;
- Mitigação de riscos trabalhistas e administrativos para a Administração.

Adequação da solução

Diante da análise técnica, econômica e operacional realizada, conclui-se que a solução descrita é adequada, proporcional e suficiente para atender à necessidade identificada, representando a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público que regem as contratações administrativas.

G. Declaração de viabilidade

Após análise das informações coletadas no processo de planejamento da contratação, incluindo a descrição da necessidade, os requisitos técnicos, o levantamento de mercado, a avaliação das alternativas disponíveis e a justificativa da solução escolhida, **declara-se viável a contratação ora proposta**. A solução demonstra atender de forma integral e adequada à necessidade institucional, garantindo eficiência operacional, continuidade dos serviços e alinhamento às diretrizes estratégicas da Administração.

A contratação é, portanto, considerada **tecnicamente possível, economicamente justificável e operacionalmente adequada**, cumprindo as exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos complementares. A solução selecionada apresenta



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

equilíbrio entre custo e benefício, capacidade de atendimento pleno ao objeto e mitigação dos riscos associados, conforme previsto no fluxo oficial de planejamento das contratações.

Diante do exposto, **declara-se a viabilidade da contratação**, autorizando-se o prosseguimento das etapas subsequentes do processo, incluindo a elaboração e conclusão do Termo de Referência, análise jurídica, seleção do fornecedor e demais procedimentos previstos na legislação aplicável.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)
Serviços de Varrição de Vias Públicas e Capina

1. Índices de Medição de Resultado (IMR)

IMR	Indicador	Descrição do Resultado Esperado	Forma de Medição	Periodicidade	Meta
IMR 01	Cobertura do Serviço	Atendimento das áreas programadas	Vistoria e relatórios	Mensal	$\geq 95\%$
IMR 02	Qualidade da Limpeza	Resultado visual adequado	Inspeção visual e fotos	Mensal	$\geq 90\%$
IMR 03	Frequência de Execução	Cumprimento do cronograma	Conferência de relatórios	Mensal	100%
IMR 04	Produtividade	Equipe compatível com área	Comparação área x equipe	Mensal	$\geq 90\%$
IMR 05	Uso de EPIs/EPCs	Segurança do trabalho	Vistoria in loco	Contínua	100%
IMR 06	Destinação de Resíduos	Destinação correta	Comprovação documental	Mensal	100%
IMR 07	Ordens de Serviço	Atendimento tempestivo	Os emitidas x atendidas	Mensal	$\geq 95\%$
IMR 08	Regularidade Documental	Documentação regular	Análise documental	Mensal	100%
IMR 09	Reclamações	Baixo índice de	Registro de ocorrências	Mensal	$\leq 5\%$



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

		reclamações			
IMR 10	Continuidade	Sem interrupções	Relatórios da fiscalização	Continua	100%

2. Pesos dos Índices de Medição

IMR	Indicador	Peso (%)
IMR 01	Cobertura do Serviço	20
IMR 02	Qualidade da Limpeza	25
IMR 03	Frequência de Execução	12
IMR 04	Produtividade	8
IMR 05	Uso de EPIs/EPCs	10
IMR 06	Destinação de Resíduos	10
IMR 07	Ordens de Serviço	8
IMR 08	Regularidade Documental	3
IMR 09	Reclamações	2
IMR 10	Continuidade	2

3. Metodologia de Cálculo do Fator de Qualidade (FQ)

O Fator de Qualidade (FQ) será calculado mensalmente a partir da nota atribuída a cada IMR, variando de 0 a 100, multiplicada pelo respectivo peso. O FQ corresponderá à soma das notas ponderadas, dividida por 100.

$$\text{Fórmula: } VF = VM \times (FQ / 100)$$

4. Disposições Gerais

O pagamento mensal estará condicionado ao atendimento dos IMRs. A ocorrência de falhas críticas, especialmente quanto ao uso de EPIs/EPCs e à destinação de resíduos, poderá ensejar glosa imediata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

ANEXO II - PLANILHA

LOTE 01 BAIRRO ZENAIDE PAIVA, NAIR ARAÚJO, COHAB, RESIDENCIAL DO AÇAÍ, ROTATÓRIA E BAIRRO DO HOSPITAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,36		
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	15.856,52		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO TOCO	M³	278,29		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	473,10		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 02 BAIRRO ESPERANÇA 1, ESPERANÇA 2 E CONQUISTA					
--	--	--	--	--	--





ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,09		
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.118,35		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	196,76		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	767,36		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 03 BAIRRO GENI NUNES, BELA VISTA E CEMITÉRIO NOVO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	2,10		
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	13.013,42		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	194,55		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	774,31		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 04 BAIRRO CIDADE NOVA, CENTRO, SEGUNDO DISTRITO E CEMITÉRIO ANTIGO					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	1,23		
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	9.210,08		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	137,50		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	385,00		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 05 PARQUE BURITIZAL E PRAÇA DE EVENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	ROÇAGEM DE CALÇADAS				
1.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HA	5,95		
2.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
2.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	310,00		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M³	383,62		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M³ x km	920,68		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					

LOTE 06 CÓRREGOS					
---------------------	--	--	--	--	--



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1.0	LIMPEZA DE VALAS /BUEIROS				
1.1	LIMPEZA DE VALA DE DRENAGEM	M	6.260,50		
2.0	ROÇAGEM DE LATERAL DOS CORREGOS				
2.1	ROÇADA MECANIZADA COSTAL	HÁ	1,97		
3.0	CARGA E TRANSPORTE DE RESIDUO DE CAPINA E RESTO DE VALA				
3.1	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO TOCO	M ³	626,05		
3.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TOCO, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M3XKM).	M ³ x km	3.130,25		
VALOR TOTAL MENSAL					
VALOR TOTAL ANUAL					



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

ANEXO III				
COMPOSIÇÃO DO BDI				
	Obra	Bancos	B.D.I.	Encargos Sociais
	LIMPEZA PUBLICA DE FEIJÓ	SINAPI - 01/2026 - Acre SICRO3 - 10/2025 - Acre	23,64%	Desonerado: embutido nos preços unitários dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.
BDI - SERVIÇOS DE LIMPEZA				
GRUPO A	TAXA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			
1	Administração Central			4,00%
	Total do Grupo			4,00%
GRUPO B	TAXA REPRESENTATIVA DOS RISCOS			
1	Riscos			0,97%
	Total do Grupo			0,97%
GRUPO C	TAXA REPRESENTATIVA SEGURO GARANTIA			
1	Risco			0,80%
	Total do Grupo			0,80%
GRUPO D	TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS FINANCEIRAS			
1	Despesas Financeiras			0,59%



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

	Total do Grupo	0,59%
GRUPO E	TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO	
1	Lucro	6,16%
	Total do Grupo	6,16%
GRUPO F	TAXA REPRESENTATIVA DA INCIDÊNCIA DOS IMPOSTOS (SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA)	
1	ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS) - MUNICIPAL	3,00%
2	COFINS - FEDERAL	3,00%
3	PIS (PROGRAMA DE INTEGRACÃO SOCIAL) - FEDERAL	0,65%
4	CRB -CONTRIBUIÇÃO INSS (SEM DESONERAÇÃO)	2,00%
	Total do Grupo	8,65%
FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO BDI		
		$(((1+A+B+C)*(1+D)*(1+E)/(1-F))-1)$
Bonificação sobre despesas indiretas (B.D.I)=		
		23,64%